

Enredos possíveis a partir de um Grupo de Estudos sobre Aborto: relato de experiência de um curso de extensão

Possible threads from an Abortion Studies Group: a reflective account of an extension course

María Antonella Barone
Universidade Federal do Ceará – UFC
E-mail: antobaroneguzman@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2404-6818>

Laiz Prestes Carneiro
Escola de Saúde Pública do Ceará
E-mail: lapcarneiro@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7302-0350>

Juliana Aguilera-Lobo
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
E-mail: j.aguileralobo@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-5538-8951>

Resumo

Este artigo apresenta um relato de experiência sobre o curso de extensão “Grupo de Estudos sobre Aborto: Cuidado e Redução de Danos”, realizado na Universidade Federal do Ceará. Inspirado na estética e na potência política do carnaval brasileiro, o texto constrói uma analogia entre o enredo das escolas de samba e os debates promovidos no grupo, destacando a importância de abordar o aborto como um tema coletivo, plural e atravessado por questões de gênero, raça e classe. O curso proporcionou um espaço seguro para discussão de temas silenciados, como o aborto entre pessoas trans e não binárias, e reforçou a urgência de práticas de cuidado em saúde que respeitem a diversidade de corpos gestantes. O relato também reflete sobre os limites da formação em Psicologia para lidar com o tema e destaca a importância de descolonizar saberes e práticas para além dos padrões cisheteronormativos.

Palavras-chave: aborto; psicologia; direitos não reprodutivos; gênero e sexualidade; saúde coletiva; transfeminismo.

Resumen

Este artículo presenta un relato de experiencia sobre el curso de extensión “Grupo de Estudio sobre Aborto: Cuidado y Reducción de Daños”, realizado en la Universidad Federal de Ceará. Inspirado en la estética y en la potencia política del carnaval brasileño, el texto construye una analogía entre el *enredo* de las escuelas de samba y los debates promovidos en el grupo, destacando la importancia de abordar el aborto como un tema colectivo, plural y atravesado por cuestiones de género, raza y clase. El curso ofreció un espacio seguro para discutir temas silenciados, como el aborto entre personas trans y no binarias, y reforzó la urgencia de prácticas de cuidado en salud que respeten la diversidad de los cuerpos gestantes. El relato también reflexiona sobre los límites de la formación en Psicología para abordar el tema y destaca la importancia de descolonizar saberes y prácticas más allá de los marcos

cisheteronormativos.

Palabras clave: aborto; psicología; derechos no reproductivos; género y sexualidad; salud colectiva; transfeminismo.

Abstract

This article presents an experience report on the Extension Course "Study Group on Abortion: Care and Harm Reduction," held at the Federal University of Ceará. Inspired by the aesthetics and political power of the Brazilian carnival, the text draws an analogy between the plot of samba school parades and the debates promoted in the group, highlighting the importance of addressing abortion as a collective, plural issue, intersected by gender, race, and class. The course provided a safe space for discussing silenced topics, such as abortion among trans and non-binary people, and reinforced the urgency of care practices in health that respect the diversity of gestating bodies. The report also reflects on the limitations of Psychology education in addressing this topic and emphasizes the importance of decolonizing knowledge and practices beyond cisheteronormative standards.

Keywords: abortion; psychology; non-reproductive rights; gender and sexuality; public health; transfeminism.

Refletimos e debatemos intensamente sobre “como contar nossa história” neste relato de experiência. Foi então que, com o uso das nossas anotações feitas durante a participação no curso de extensão “Grupo de Estudos sobre Aborto”, e depois de muitos encontros e inspirações, decidimos trazer alguns elementos de uma manifestação político-cultural expressamente brasileira, como é o carnaval com seus desfiles das escolas de samba. Assim, nos vinculamos com um modo de contar uma história/estória que nasce, se expressa e se reinventa a partir do chão que pisa e das vozes pelas quais ecoa — como uma forma que caracteriza uma pluralidade, de modo a posicionar os fazeres deste curso de extensão da Universidade Federal do Ceará no campo de defesa de um saber-fazer político, popular e diverso.

O enredo de uma escola de samba é a história que é contada no desfile, sendo o tema central da apresentação. É como o roteiro de um filme. O samba-enredo remete ao que lê/ouve, a outros referenciais, porque esta manifestação cultural é multiplicidade, ela não se reduz a um evento. O samba-enredo conta a história e faz ecoar na voz a vibração de cada pessoa integrante, de cada pessoa espectadora e ritmista. Muitas vezes, a história é contada na avenida antes mesmo de se apresentar nas narrativas ditas “oficiais”, como livros e documentos. O samba faz o resgate

cultural e transmite ao povo, que se reconhece em sua própria história; essa pluralidade ressoa em cada folião. Na avenida existe uma diversidade de estórias sendo contadas com dança e poesia. Mas não só: literatura, música, brilho, cores, intensidades, que vão se enredando com saberes populares vindos das mais variadas áreas.

Quem dera uma vida feita só de carnaval, que tem a potência e a capacidade de fazer o povo viver um pouco de fantasia. Ele cria um mundo onde todos dançam no mesmo compasso por um período e assim, suspendem-se as barreiras e todos brincam em comunhão. O carnaval também expõe as contradições, tensiona, escancara desigualdades e provoca reflexões. "Como todos os aspectos do carnaval, que possuem um caráter ambivalente ao reunir opostos extremos (nascimento e morte, bênção e maldição, elogios e insultos, alto e baixo etc.), também o riso carnavalesco é ambivalente" (Ponzio, 2008, p. 172). Assim, nosso Grupo de Estudos sobre Aborto se apresenta como um misto de formas ao debater a temática, entre as alegrias das reivindicações, encontros e possibilidades de vida, mas também das frustrações com os retrocessos e a criminalização que produz silenciamento e morte.

Pode parecer estranho para quem lê a analogia entre o carnaval e o aborto. Mas ao longo dos encontros, o grupo pôde perceber diversos tensionamentos, transgressões e perspectivas que apresentam contradições, reflexões sobre corpos, saberes populares, conflitos e até mesmo alegrias. O carnaval não é só festa, é também resistência política. Assim como no aborto, que não carrega apenas aspectos negativos, existe uma dimensão coletiva de solidariedade e apoio que foi descortinada ao longo dos encontros e que é possível sentir na construção coletiva de uma escola de samba.

Oh, abre alas, que o GEA vai passar!

Assim como na escola de samba, o tema do aborto prevê um resgate de narrativas abafadas. Se durante décadas no Brasil o samba esteve no lugar da marginalidade, assim também se dá com o aborto, até hoje proibido no país (exceto

pelos casos previstos em lei). No entanto, percebe-se que são práticas que persistem, mesmo com a proibição legal. O grupo possibilitou contar essas histórias que são apagadas pela criminalização e estigmatização, e que impedem o acesso real aos dados. A falta de informações referentes ao aborto no Brasil prejudica o real dimensionamento da criminalização da prática, bem como as formas de cuidado.

A situação agrava-se ainda mais à medida que nos afastamos dos centros urbanos. Nas periferias e zonas rurais do Brasil, é ainda mais difícil falar abertamente sobre aborto e quantificar as ocorrências. Ao longo dos encontros do grupo, foram compartilhadas experiências em que mulheres foram excluídas de atividades produtivas e sociais em regiões do interior devido ao vazamento da informação de que haviam praticado aborto. A marginalização dessas pessoas agrava-se nesse contexto, tornando-as ainda mais vulnerabilizadas.

Ao mesmo tempo em que há uma restrição moral à prática abortiva, em certas regiões periféricas e do interior do nordeste brasileiro, a prática da laqueadura já foi incentivada para as mulheres pobres (Barroso, 1984), sendo especialmente comum por volta dos anos 1980. Esse dado indica que o que está em xeque não é apenas o fato de conceber ou não, mas sim o controle sobre determinados corpos. Trata-se de um fato que evidencia o controle do patriarcado sobre o corpo e suas possibilidades de decidir por uma gestação ou não.

Desde muito cedo, em nossa cultura ocidentalizada, os papéis de gênero são impostos. As pessoas designadas ao feminino ao nascer (inclusive antes disso) são reservadas ao destino reprodutivo e ao ofício do cuidado. A suposta “inclinação biológica” nos afasta da possibilidade de escolha por um outro modo de existir, ou ao menos, por operarmos algum controle sobre o tempo de cada coisa. Sair da norma — e procurar alternativas que possibilitem caminhos diversos, para além de um único — também é questão de direitos, e aqui falamos de direitos (não) reprodutivos. Essa categoria, sublinhada pelo (não), é um aporte de militantes argentinas à gramática dos direitos sexuais e reprodutivos (Aguilera-Lobo, 2025) justamente para enfatizar aquilo que normas patriarcais querem esconder: a recusa de um destino biológico único e a busca por alternativas de (não) reprodução. Assim, a pauta do aborto une pessoas

em torno do direito (não) reprodutivo. Na chave contrária, a proibição do aborto atua como dispositivo de criminalização de pessoas que abortam, não como proteção das mesmas. A proibição não inibe a prática, apenas cerceia o acesso seguro ao procedimento, atuando como mecanismo de segregação social e risco à vida.

De acordo com o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM), a maior parte das denúncias de aborto ilegal é feita pelos próprios profissionais de saúde (Folha de S. Paulo, 2024), embora o STJ já tenha decidido que se deve manter o sigilo profissional nesses casos. Isso torna o serviço de saúde um lugar ameaçador para pessoas que querem realizar um aborto. Mesmo em casos em que o aborto é considerado legal, o domínio do direito e da medicina cria barreiras de acesso a esses serviços, seja pela morosidade dos processos judiciais, seja pelo julgamento moral de profissionais de saúde. Mesmo em contextos institucionais que deveriam garantir o cuidado humanizado, práticas discriminatórias e restritivas podem impedir o pleno exercício de um direito legalmente assegurado.¹

Nesse cenário de obstáculos ao acesso a serviços legais, crescem as redes informais de apoio às pessoas que desejam abortar. O aborto pode ser seguro mesmo quando realizado fora de hospitais, sem a realização de procedimentos cirúrgicos — e isso se deve ao uso (correto) da medicação que revolucionou a prática: o misoprostol. Por isso, salientamos que aborto legal não é sinônimo de aborto seguro.

Nas redes informais, pessoas que desejam abortar encontram acolhimento sem julgamento, acompanhamento humanizado e o suporte necessário para a interrupção da gravidez indesejada. Diversas estratégias de cuidado foram desenvolvidas, como os serviços *Hey Jane*, nos Estados Unidos, e *Women on Waves*, que opera a partir de águas internacionais, além das redes latino-americanas, como as *Socorristas en Red*, da Argentina, *Las Parceras*, na Colômbia, e *Con las amigas y en la casa*, no Chile. Ao mesmo tempo que é inegável o papel das redes informais de

¹ Apesar das barreiras citadas, fundamental reconhecer a importância das instituições de saúde que asseguram o atendimento nos casos previstos em lei. Esses serviços não apenas garantem o cumprimento dos direitos sexuais e reprodutivos, como também salvam vidas, constituindo um pilar essencial do Sistema Único de Saúde (SUS).

cuidado e apoio ao aborto em contextos de criminalização, sobretudo no Brasil, também é preciso reconhecer o alcance limitado de tais redes: em um país de dimensões continentais, essas iniciativas não chegam a todas as pessoas que precisam de um aborto.

Sob uma perspectiva interseccional, é necessário evidenciar que particularmente mulheres negras e indígenas, pessoas trans, não binárias e intersexuais, além daquelas que vivem no campo, nas favelas e periferias, em quilombos, aldeias e no chamado “Brasil profundo” enfrentam múltiplas barreiras — econômicas, raciais, tecnológicas e geográficas — que as impedem de acessar tanto os serviços formais do SUS quanto as plataformas digitais dessas redes feministas de acompanhamento.

Nesse sentido, e considerando as desigualdades latentes de acesso ao aborto, coube ao grupo trazer algumas reflexões sobre o papel do cuidado em saúde, especialmente desenvolvido por profissionais da Psicologia. É necessário ressaltar o papel da Psicologia como prática de cuidado, com respeito às escolhas de vida da e do paciente, acima de nossas convicções pessoais, sejam elas de ordem moral ou religiosa. A prática de uma Psicologia laica e ética passa por reflexões nesse sentido.

Comissão de frente: apresentando o grupo

O curso de extensão “Grupo de Estudos Sobre Aborto: Cuidado e Redução de Danos” teve como objetivo promover discussões e circular informações que gerem práticas de cuidado, desde uma ética trans-aborteira, tendo em vista as situações que atravessam as pessoas que abortam. O projeto se pretendeu como um espaço de discussão para ampliar a participação no debate sobre o aborto, em particular no campo de atuação da Psicologia e áreas afins. Desse modo, também se objetivou circular informações que estimulem novas discussões, tecnologias de cuidado e o desenvolvimento de pesquisas para a argumentação a favor da descriminalização do aborto e ampliação do acesso ao abortamento previsto em lei no Brasil, em suas noções básicas de estrutura e assistência.

Com foco na articulação prática entre o conhecimento científico e as necessidades da comunidade em que se insere, a proposta do projeto foi colocar em diálogo a produção acadêmico-científica com os saberes populares sobre o aborto, tendo em vista a urgência do exercício de práticas de cuidado relacionadas a esse tema. Urge que a universidade, em específico a Psicologia, divulgue e produza conhecimentos atualizados sobre situações de aborto, desde os previstos na lei brasileira atual, até situações graves que colocam em risco a vida de pessoas que abortam, colocando em pauta circunstâncias de acolhimento no campo da saúde. Este é e foi um projeto transdisciplinar, que pretendeu compreender como funcionam as políticas de assistência em torno do aborto, como a interrupção legal da gravidez em território nacional, inserido na região de *Abya Yala* a fim de adquirir noções de acolhimento às pessoas que buscam por esse serviço.

Este tema sequer é discutido em cursos de formação em Psicologia, ainda que dificilmente desconheçam algum caso de abortamento e, o que é mais grave, certamente se depararão com alguma situação relacionada ao aborto em seu exercício profissional. Um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do Psicólogo estabelece que “o psicólogo [...] contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 7). Na prática, isso significa que profissionais da Psicologia deveriam atender pessoas que passam por situações relacionadas ao aborto de forma a não praticar ou ser coniventes “com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão” (CFP, 2005, p. 9).

Sustentado em documentos pertinentes ao exercício da Psicologia, é mister descrever sobre a procedência e inspiração do projeto que apresentamos. Em 2018, a partir de inquietações advindas das compreensões produzidas pelo desconhecimento sobre o assunto, assim como a percepção de uma resistência para abordar o tema na nossa sociedade e, portanto, no âmbito acadêmico, foi criado um grupo como parte do “Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidades” (GEPSs) na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Desde o início, o denominado “Grupo de Estudos sobre Aborto” (GEA-UFES) foi composto por estudantes, professoras,

pesquisadoras e pesquisadores, ativistas e trabalhadoras que tinham interesse em discutir o tema do aborto sob diferentes perspectivas. Começou com encontros presenciais e semanais tendo que se adaptar ao contexto imposto pela pandemia da Covid-19, realizando reuniões remotas que passaram a incluir pessoas de outras cidades e estados.

Foi assim que fomos conspirando e com base nessa experiência na UFES, nos propomos construir uma ação de extensão que trouxesse à UFC, especificamente ao curso de Psicologia, o debate e, sobretudo, ampliasse a formação de estudantes e profissionais com interesse em aprofundar em questões técnicas, jurídicas e éticas da interrupção legal da gestação no Brasil e, particularmente, desenvolvendo uma ética do cuidado para acolher às pessoas que abortam.

O grupo teve o cronograma organizado por temas que cada pessoa convidada trouxe às pessoas participantes, de acordo com suas pesquisas e vivências. O cronograma foi organizado (e reorganizado) de acordo com as agendas das pessoas convidadas, possibilitando uma costura fluida entre os encontros. Percebeu-se que os temas se entrelaçaram diversas vezes, com momentos de retomada e aprofundamento específicos, o que tornava cada encontro único.

Os principais temas abordados foram: aborto legal, justiça (não) reprodutiva, direitos sexuais e (não) reprodutivos, aborto e gênero (pessoas trans e não binárias), aborto e racismo. Cabe destacar que as pessoas convidadas, muitas vezes, sentiam-se à vontade para retornar a outras reuniões do grupo como participantes. Avaliamos que esse aspecto foi enriquecedor e demonstrou que o grupo se tornou um lugar de encontro seguro para tratar abertamente sobre o tema.

O público-alvo desse projeto era amplo e abrangente, considerando e conversando com os objetivos pretendidos. Além de estudantes e profissionais da Psicologia e áreas afins, criou-se condições para favorecer e facilitar o diálogo entre academia e comunidade, visando alcançar pesquisadoras e pesquisadores de distintos campos do conhecimento: docentes atuantes no ensino fundamental, médio e superior; integrantes de movimentos, coletivos e organizações feministas, antirracistas, estudantis; líderes comunitários e pessoas que fomentam educação de

base e formação social e política em seus bairros; trabalhadoras e trabalhadores das mais diversas áreas — como saúde, Psicologia, ciências sociais, direito e serviço social — interessadas em aprender e debater sobre o cuidado de pessoas em situação de aborto.

O grupo se deu no formato híbrido, sendo composto por encontros presenciais e on-line. Essa modalidade apresentou pontos positivos, como a participação de pessoas de diversos locais da América Latina, enriquecendo as trocas do grupo. No entanto, percebeu-se também que, em alguns encontros, a fala ficou muito focada apenas na pessoa convidada que expunha o debate da semana. Os encontros presenciais, embora em menor quantidade e mais esvaziados, possibilitaram um outro ambiente que facilitou a circulação da palavra, permitindo às e aos integrantes do grupo se reconhecerem quanto aos anseios e interesses na participação daquele grupo.

“Quem tem medo de Xica Manicongo”: algumas notas sobre aborto e gênero

No ano 2025, a escola Paraíso do Tuiuti levantou reflexões no Carnaval com o enredo “Quem tem medo de Xica Manicongo”. No desfile, contaram a história da primeira mulher trans documentada no Brasil, uma figura marcante que carregou em si a resistência na luta pela identidade e pela liberdade. Xica Manicongo chegou ao Brasil escravizada, vinda da África. Batizada com um nome imposto que não dizia sobre ela, buscou preservar suas práticas religiosas e encontrou refúgio junto ao povo Tupinambá, na Bahia. Foi ali que foi possível trocar saberes e vivências em um contexto de aprendizado coletivo e de resistência cultural:

*Só não venha me julgar
Pela boca que eu beijo
Pela cor da minha blusa
E a fé que eu professar
Não venha me julgar*

*Eu conheço o meu desejo
Este dedo que acusa
Não vai me fazer parar
Faz tempo que eu digo não
Ao velho discurso cristão
Sou Manicongo
Há duas cabeças em um coração
São tantas e uma só
Eu sou a transição
Carrego dois mundos no ombro (...)²*

Prezando a troca de saberes múltiplos, o Grupo de Estudos sobre Aborto foi aberto à participação de quaisquer pessoas, independentemente da identificação de gênero e orientação sexual. Compreende-se que o tema do aborto deve não apenas ser abordado por mulheres cis, como historicamente ocorreu com o protagonismo do feminismo liberal, mas por todas as pessoas que desejam gestar um mundo onde caibam todos os mundos. Foi assim que, no primeiro encontro, que foi presencial, uma pessoa que se identificou como não binária manifestou o incômodo relacionado ao tema da justiça reprodutiva ser rotineiramente abordado exclusivamente por e para mulheres cisgêneras, o que lhe provocava sensações de desconforto e desamparo. Isso demonstra o quanto ainda precisamos avançar em relação ao aborto vinculado ao gênero e à sexualidade. Um dos textos abordados no curso, mais especificamente no quarto encontro, é enfático a respeito:

O direito ao aborto é uma dívida da democracia, um direito historicamente negado. A demanda do movimento feminista é insuficiente — e excludente — se não considera a pauta do aborto e da justiça (não) reprodutiva em alianças e conexões com todos aqueles corpos/sujeitos que gestam e abortam (Barone & Mujica Rodriguez, 2025, p. 76).

² Trecho do samba-enredo do Paraíso do Tuiuti. Editado por: Martina Medina (2025).

Há tempos que o campo dos Estudos Trans vem tensionando pautas em relação aos eventos (não) reprodutivos que se tornam inteligíveis se pensados a partir daqueles corpos que contestam a norma endo-cis-hetero-patriarcal. No curso, fez-se evidente como é necessário e urgente que as narrativas trans-aborteiras transversalizem a pauta do aborto para amplificar os modos de sentir e pensar sobre essa prática. Uma participante, que se identificou como mulher cis, formada em Psicologia e atuante do serviço de saúde público, expressou que era a primeira vez que se inseria em um curso da área da Psicologia que abordava o tema do aborto. Além da vivência inédita, destacou que era muito importante ter esse primeiro contato com a pauta do aborto transgênero, que se fazia presente a cada encontro. Isso porque fomos trabalhando juntas para que a pauta sobre aborto não fosse capturada por tentativas de universalização em relação ao sujeito político do aborto vinculado exclusivamente às mulheres cis, brancas e presumivelmente heterossexuais.

Outra pessoa participante, também trabalhadora de uma unidade de saúde e integrante de movimentos sociais relacionados à pauta, disse que na área da Farmácia sequer são considerados outros corpos, que não os das mulheres, como corpos que também menstruam, engravidam e abortam e que precisam de cuidados específicos em saúde. Ela destacou que os movimentos sociais se mostram resistentes ao considerar homens trans como sujeitos de agência política no debate sobre o aborto.

Dessa forma, o curso cumpriu o objetivo de pensar o aborto para além de universalizações possíveis, porque:

Pensar o aborto desde esta perspectiva implica se afastar da lógica de descobrir verdades, ou adquirir um conhecimento onde jazem estas verdades, e se aproximar ao exercício constante de desconstruir muitos dos incontáveis binários que operam nos domínios da vida (não) reprodutiva (Barone, 2022, p. 162).

Ainda há muito a ser feito em relação a um exercício constante para combater a transfobia que permeia os espaços de cuidado em saúde (Mujica Rodrigues, 2021). Porque, como nos interpela Blas Radi (2019), a inexistência de pessoas trans e não-

binárias no tema do aborto não é resultado das pesquisas, mas sim de uma premissa, no momento em que são insuficientes os estudos que olham para a prática abortiva como possível para diversos corpos de caráter gestante. Como apontam os estudos trans, as pesquisas, os relatórios e estatísticas existentes e disponíveis sobre o aborto de pessoas trans e não binárias evidenciam uma expressiva e injusta desproporção:

A transfobia e o binarismo estrutural e institucional se traduzem numa sistematização de dados sobre saúde sexual e (não) reprodutiva que não considera outras corpos ou identidades possíveis para além de mulher cis e presumidamente heterossexual. Isto faz com que, por exemplo, se tenham pouco ou nada de dados relacionados sobre homens trans, pessoas transmasculinas e/ou não binárias (Mujica Rodriguez, 2023).

Já que o binarismo e a transfobia são estruturais e estruturantes dos nossos modos de sentir, pensar e agir em relação ao corpo que contesta essas estruturas, é possível, a partir da arte que questiona na Avenida, lembrar da história de Xica Manicongo que o Paraíso do Tuiuti nos trouxe; história fundamental não só para afirmar que outros modos de habitar o mundo e o corpo são possíveis, como para reiterar que não aceitaremos que nos assujeitem em espartilhos asfixiantes que apagam as nossas existências:

Eu, travesti

Estou no cruzo da esquina

Pra enfrentar a chacina

Que assim se faça

Meu Tuiuti

Que o Brasil da terra plana

Tenha consciência humana, Xica vive na fumaça

Ê pajubá

Acuendar sem xoxar pra fazer fuzuê

É mojubá

Põe marafo, fubá e dendê (pra Exu)

Ê pajubá

*Acuendar sem xoxar pra fazer fuzuê
É mojubá
Põe marafo, fubá e dendê*

“Voltando para o futuro — não há limites para sonhar”: notas sobre o que é abordado e o que é abortado na Psicologia

A Escola Mocidade Independente de Padre Miguel criou o enredo com a escolha pelo tema “Voltando para o futuro, não há limites para sonhar”, fazendo uma viagem cósmica e intergaláctica. Nessa viagem, foi possível reconectar com o intenso brilho de uma estrela jovem para questionar os próximos passos do futuro da humanidade.

Quando a escola de samba opta por um enredo, deixa de escolher outros. Assim, elege-se qual história será contada na avenida. Quando a comunidade entoa com mais força um samba nos ensaios em sua quadra, este é escolhido, em detrimento de outros. Dessa forma, o conteúdo, ritmo, poesia e melodia que mais agradam compõem o samba que será cantado a plenos pulmões para contar aquela história na avenida. O enredo “Voltando para o Futuro — Não há limites para sonhar” foi uma escolha que decidiu trazer à tona a história da humanidade e sua relação com as estrelas, fazendo uma reflexão sobre o uso da tecnologia e a proteção, a conservação e a manutenção do planeta e da sua natureza. O enredo fez uma mistura de ciência e ficção para nos convidar a questionar sobre o nosso futuro e sobre como podemos melhorar o mundo em que vivemos.

Nos inspiramos nas escolhas do enredo “Voltando para o Futuro — não há limites para Sonhar” para repensar nas escolhas pelo conteúdo a ser abordado em uma graduação de Psicologia. Essa seleção nem sempre é feita de forma comunitária, e definitivamente, não é feita com tanta alegria. Mas, de maneira similar, quando são escolhidas as disciplinas, os conteúdos programáticos e referências bibliográficas que irão embasar as discussões que farão parte da formação, também se deixa de fora aqueles temas que não foram eleitos. Embora o curso não fosse restrito a profissionais da Psicologia, ele aconteceu no Instituto de Psicologia. Portanto, coube a reflexão: os cursos de Psicologia abordam ou abortam o tema do aborto?

*O verde adoecido da esperança
Ofega sobre o leito da cobiça
Quem vive pelo preço da cobrança
Derrama sua lágrima postiça
Fogo matando a floresta
Bicho morrendo no cio
Febre no pouco que resta
Secam as águas do rio
E a vida vai vivendo por um fio*

*Naveguei...
No afã de me encontrar eu me emocionei
Lembrei da corda bamba que atravessei
São tantas as viradas desta vida
A mão que faz a bomba se arrepende
Faz o samba e aprende
A se entregar de corpo e alma na Avenida³*

As pessoas participantes do grupo que fizeram o curso de extensão eram oriundas de diversas áreas e formações, e a grande maioria manifestou que não teve contato com o tema durante a graduação, buscando o curso como forma de complementar sua formação e ampliar os conhecimentos sobre o tema. Ressalta-se ainda que, não raro, profissionais de Psicologia são convocadas ao atendimento de pessoas que passaram por um aborto, mesmo que sua formação não as tenha preparado para isso. O curso se propôs a pensar nesse tema *abortado* das nossas reflexões. Não falar sobre aborto não faz reduzir ou extinguir a ocorrência da prática, seja esta realizada sob o amparo legal ou na clandestinidade, porque o aborto é um evento comum, que sempre ocorreu e continuará ocorrendo. Por isso, ao longo do curso, foi se fortalecendo entre as pessoas participantes a importância de abordar o

³ Trecho do enredo da Escola de samba Mocidade Independente de Padre Miguel (2025).

assunto, seja com colegas, familiares ou nos ciclos de amizade, como um modo micropolítico de fazer a diferença.

Em certa ocasião, entusiasmada por fazer parte de um grupo tão potente, uma das participantes decidiu compartilhar uma foto que tiramos em um dos encontros presenciais em uma rede social. Logo em seguida lhe veio o impulso de abortar a postagem. A mesma comentou o que tinha se passado com ela na roda de conversa no grupo, trazendo a seguinte reflexão:

Por que eu decidi abortar a postagem? Por que não abordar o tema na minha rede social? Sou uma profissional, engajada em lutas e causas sociais, que tem o costume de postar sobre assuntos relevantes para a sociedade. Minha família não é religiosa e me apoia em todos os meus movimentos. Minha rede é fechada e majoritariamente progressista. De onde vem o impulso por abortar esse tema? (Bloco de anotações, 2025).

Essas reflexões pessoais ecoaram e ressoaram no grupo. Diversas pessoas que estavam presentes acolheram e compartilharam algumas inseguranças ao tratar o tema na família, no ambiente de trabalho, inclusive quando se trata das dificuldades de abordar o tema nas pesquisas e em publicações acadêmicas. Com isso, nos indagamos: sobre quais temas é aceito que a pessoa profissional de Psicologia verse sobre, e sobre quais é coagida a silenciar? Considerando que somos parte de uma sociedade e esta também tem forte influência sobre a subjetividade, como tratar de um tema considerado tabu? Como não tratar de um tema tão presente em nosso cotidiano? Se as questões sociais nos atravessam, como vamos fingir que elas não existem?

As análises do grupo evidenciaram que o aborto, além de ser um tema social relevante, não é um assunto que cabe apenas a mulheres cis. Portanto, não se trata de uma questão de nicho, vinculada apenas a um grupo social, mas cabe a toda uma sociedade um exercício de descolonização do desejo. Nesse ponto, e como pessoas autoras atuantes na área da Psicologia, pesquisadoras e ativistas sobre o tema do aborto e a justiça (não) reprodutiva, enfatizamos que

a inclusão de conteúdo sobre aborto nas abordagens em gênero e sexualidades, é fundamental para contribuir à criação e ativação de outros processos de subjetivação distintos à punição e criminalização dos projetos de vida das pessoas que gestam e abortam” (Barone et al., 2024, p. 126).

O desejo de punição dessa sociedade precisa ser questionado e colocado para exercícios de descolonização, tal como propõe Suely Rolnik (2018). O desafio é apresentado para a Psicologia, que precisa olhar para os repertórios que tem para a abordagem do aborto e criar outros com potencialidade de romper com os estigmas e os “limites para sonhar”, tal como nos ensina o enredo da Escola de Samba da Mocidade (2025).

O homem com sua ambição

Desconhece a razão desatina a Ciência

Será que há de ter carnaval, sem minha cadência?

Com alas em tom digital

No fim da existência

*Me diz afinal quem há de arcar com as consequências?*⁴

A proibição aborta a possibilidade de abordar. Leva à sombra um tema que está passando ao lado, mas não despercebido. Pois os casos acontecem, os holofotes da mídia frequentemente iluminam alguns desses casos e reacendem o debate. Assim como a escola de samba escolhe um enredo, que muitas vezes não foi visto por nós pela história oficial, o grupo se propôs a trazer à luz essas histórias. É possível e é necessário abordar o tema do aborto, em um exercício constante de olhar para os processos de colonização subjetiva e uma luta por mudanças nas narrativas sobre aborto. É necessário contar essas histórias, que são feitas de luta, de tristeza, de alívio, de vida.

⁴ Trecho do enredo da Escola de Samba Mocidade Independente de Padre Miguel (2025).

A escola passou, mas o desfile não acabou: considerações finais

Quando uma escola de samba termina a sua apresentação de carnaval, o desfile como um todo continua a andar pela avenida, onde diversas outras escolas irão passar, apresentando-se, cada uma com um enredo, fantasias e músicas próprias. Até aqui, apresentou-se na avenida um relato de experiência com um grupo que fez o curso de extensão sobre aborto na Universidade Federal do Ceará, com as suas singularidades e desafios.

Com as notas de nossos cadernos e reuniões periódicas para compor esse enredo, inspiramos-nos em alguns elementos de duas composições do desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro: a Paraíso do Tuiuti e a Mocidade Independente de Padre Miguel, respectivamente.

Com essas inspirações, fomos trazendo um relato sobre alguns modos de pensar o aborto que se fizeram presentes naquele curso. Assim, buscamos compartilhar com as pessoas leitoras desta escrita alguns dos atravessamentos possíveis em relação ao aborto, sua relação com a área de gênero e sexualidade e aos desafios dessa prática ser abordada, como possível, nos conteúdos programáticos da formação em Psicologia.

Há outras escolas que ainda vão desfilar. E reconhecendo as limitações de alcance e acesso à população, nós nos propusemos a criar pontes por meio de um curso de extensão que teve como objetivo promover a interação entre a instituição e a comunidade. A partir da troca de saberes e experiências, estendendo o conhecimento e os recursos da universidade para além de seus muros, nos propomos a continuar construindo narrativas aborteiras coloridas e carnavalescas em meio à morte, ao medo e ao silenciamento que a criminalização produz para as pessoas que abortam. Porque insistimos: o aborto não mata. O que mata é a produção de criminalidade e os desejos de punição que esmagam a vida das pessoas que abortam. Por isso, insistimos em abordar realidades aborteiras que transbordam e celebram a vida, tal qual um dia quente de carnaval.

O show tem que continuar!

Referências bibliográficas

AGUILERA-LOBO, Juliana. 2025. *Aborto, Feminismo e Política: A Trajetória da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto Legal, Seguro e Gratuito Rumo à Despenalização Social na Argentina*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas.

ALBINO, Manuela; GARCIA, Olga; RODRIGUEZ, Ale; WILHELM, Laís. 2021. “Vivências de pessoas transgênero e equipe de enfermagem na atenção à saúde: Encontros e desencontros”. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 7(3), p. 176–199. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/46897>. Acesso em 20 dez.2025.

BARONE, Maria; MELLO, Ricardo; RODRIGUES, Alexsandro; SOUZA, Mariane. 2023. “Aborto induzido em contextos de criminalização: o que a psicologia tem a ver com isso?”. In: SEVERO GARCIA-JR., C.; CECCON, R. F. (orgs.). *Violência e saúde mental*. 1ª ed. Porto Alegre, Editora Rede Unida, p. 340. Série Saúde Mental Coletiva, 10. Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/wp-content/uploads/2023/12/Livro-Violencia-e-Saude-Mental-1.pdf>. Acesso em 20 dez.2025.

BARONE, Maria; RODRIGUEZ, Ale. 2024. “Justiça Reprodutiva para quem? O aborto desde uma perspectiva dos Estudos Sapatransviados”. In: SCHIOCCHET, T.; CASTILHO, N. M. (org.). *Justiça Reprodutiva no Brasil*. Rio de Janeiro, Grupo Multifoco, p. 73–90.

BARONE, María Antonella. 2022. *Narrativas-trans-aborteiras: o aborto desde uma perspectiva trans e uma aproximação queer/cuir*. Tese de Doutorado em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo.

BARROSO, Carmen. 1984. “Esterilização feminina: liberdade e opressão”. *Revista de Saúde Pública*, 18(2), p.170–180.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 30 dez.2025.

FOLHA DE S. PAULO. 2024. *Maioria dos processos de SP contra mulheres que abortam vem de denúncias de profissionais da saúde*. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2024/06/maioria-dos-processos-de-sp-contra-mulheres-que-abortam-ve-de-denuncias-de-profissionais-da-saude.shtml>. Acesso em 20 dez.2025.

MENEZES, Greice; AQUINO, Estela; FONSECA, Sandra; DOMINGUES, Rosa. 2020. “Aborto e saúde no Brasil: desafios para a pesquisa sobre o tema em um contexto de

ilegalidade”. *Cadernos de Saúde Pública*, 36, p. e00197918. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/C5N3RmP8TySscVPpqx5B4Vf/?lang=pt>. Acesso em 20 dez.2025.

MUJICA RODRIGUEZ, Ale. 2023. *Aborto legal para quem?*. Portal Catarinas. Disponível em: <https://catarinas.info/colunas/aborto-legal-para-quem/>. Acesso em 20 dez.2025.

PONZIO, Augusto. 2008. *A revolução bakhtiniana: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea*. Tradução de Valdemir Miotello. São Paulo, Contexto.

ROLNIK, Suely. 2018. *Esferas da insurreição: Notas para uma vida não cafetinada*. São Paulo, N-1 Edições.